Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART

Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 e Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes



Deloitte Touche Tohmatsu Av. Presidente Wilson, 231 – 22° 25° e 26° andares Rio de Janeiro – RJ – 20030-905 Brasil

Tel: + 55 (21) 3981-0500 Fax:+ 55 (21) 3981-0600 www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. Bauru - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura iurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme Nota Explicativa 1, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade dos negócios. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$81.629 mil. A Administração considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

As informações e os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalva, datado de 7 de março de 2014.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

| ATIVO | Nota | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|--------|------------|------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 22.004 | 117.949 |
| Aplicações financeiras | 4 | - | 55.850 |
| Créditos a receber | 5 | 16.129 | 14.466 |
| Estoques | | 1.960 | 532 |
| Impostos a recuperar | 6 (b) | 3.573 | 5.507 |
| Adiantamentos diversos | | 583 | 356 |
| Despesas antecipadas | | 832 | 980 |
| Partes relacionadas | 12 | 568 | 605 |
| Total do ativo circulante | | 45.649 | 196.245 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Aplicações financeiras | 4 | 69.168 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 6 (a) | 144.113 | 103.882 |
| Depósitos judiciais | | 11.564 | 10.317 |
| Imobilizado | 7 | 14.211 | 16.000 |
| Intangível | 8 | 2.014.548 | 1.668.601 |
| Outros Total do ativo não circulante | | 2.253.613 | 1 709 900 |
| Total do ativo não circulante | | 2.233.013 | 1.798.809 |
| TOTAL DO ATIVO | | 2.299.262 | 1.995.054 |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores | | 2.146 | 774 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 99.671 | 81.916 |
| Debêntures | 10 | 7.196 | 1.821 |
| Salários e encargos sociais a recolher | | 4.038 | 2.987 |
| Impostos e contribuições a recolher | 6 (c) | 3.486 | 3.501 |
| Obrigações para direito de concessão | 19 (b) | 386 | 349 |
| Partes relacionadas | 12 | 1.065 | 1.595 |
| Receita diferida | 13 | 5.060 | 6.049 |
| Outros | | 4.230 | 5.154 |
| Total do passivo circulante | | 127.278 | 104.146 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Provisão de manutenção | 22 | 49.739 | 33.444 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 819.751 | 556.587 |
| Debêntures | 10 | 790.091 | 740.886 |
| Partes relacionadas | 12 | 220 | - |
| Provisão para riscos | 11 | 844 | 862 |
| Receita diferida | 13 | 50.158 | 47.742 |
| Total do passivo não circulante | | 1.710.803 | 1.379.521 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Capital social | 14 | 745.000 | 715.000 |
| Prejuízos acumulados | | (283.819) | (203.613) |
| Total do patrimônio líquido | | 461.181 | 511.387 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 2.299.262 | 1.995.054 |

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto valores por ação)

| , | <u>Nota</u> | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|-------------|------------|------------|
| RECEITA LÍQUIDA | | | |
| Receita líquida de pedágio e acessórias | | 248.700 | 230.720 |
| Receita de construção | | 409.440 | 282.080 |
| Receita operacional líquida | 15 | 658.140 | 512.800 |
| | | | |
| Custo dos serviços prestados | 16 | (172.245) | (152.467) |
| Custos de construção | 16 | (405.386) | (279.285) |
| LUCRO BRUTO | | 80.509 | 81.048 |
| | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 16 | (39.290) | (38.593) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | | 502 | 15 |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras | | 41.721 | 42.470 |
| | | | |
| RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS | | | |
| Receitas financeiras | 17 | 21.335 | 25.986 |
| Despesas financeiras | 17 | (183.492) | (144.818) |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | | (120.436) | (76.362) |
| | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 6 (a) | 40.230 | 25.784 |
| | | (00.00.6) | (50, 550) |
| Prejuízo do exercício | | (80.206) | (50.578) |
| Prejuízo por ação ordinária (básico e diluído) - R\$ | 18 | (0,0732) | (0,0492) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|------------|------------|
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | (80.206) | (50.578) |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | | |
| RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO | (80.206) | (50.578) |
| As notes avaliantives and news introducted dead amount was a fin | in | |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações fin | anceiras | |

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais)

| | Capital subscrito | Prejuízos acumulados | <u>Total</u> |
|--|------------------------|-------------------------|-------------------------------|
| SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2013 | 715.000 | (153.035) | 561.965 |
| Prejuízo do exercício | | (50.578) | (50.578) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | 715.000 | (203.613) | 511.387 |
| Aumento de Capital Prejuízo do exercício SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014 | 30.000 - 745.000 | (80.206) (283.819) | 30.000 (80.206) 461.181 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais)

| | <u>Nota</u> | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|-------------|------------|------------|
| Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social | | (120.436) | (76.362) |
| Margem bruta de construção | | (4.054) | (2.795) |
| Depreciação e amortização | 16 | 82.599 | 67.246 |
| Amortização do custo de transação debêntures | 10 | 1.931 | 3.291 |
| Baixa de imobilizado e intangível | | 440 | 270 |
| Provisão para riscos | 11 | (18) | 313 |
| Provisão para devedores duvidosos | | 626 | - |
| Provisão para manutenção | | 16.295 | 12.911 |
| Receita diferida | 13 | 8.740 | 10.847 |
| Variações monetárias, cambiais e encargos | 17 | 159.974 | 140.426 |
| (Aumento) redução em ativos operacionais: | | | |
| Créditos a receber | | (2.289) | (1.750) |
| Estoques | | (1.428) | 192 |
| Impostos a recuperar | | 1.934 | (5.146) |
| Outras contas a receber | | - | 190 |
| Adiantamentos | | (227) | (63) |
| Partes relacionadas | | 37 | (69) |
| Depósitos judiciais | | (1.247) | (9.424) |
| Despesas antecipadas | | 147 | (331) |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | | |
| Fornecedores | | 884 | (207) |
| Impostos e contribuições a recolher | | (15) | 459 |
| Salários e encargos sociais a recolher | | 1.051 | 221 |
| Receita diferida | 13 | (7.313) | (15.444) |
| Partes relacionadas | | (310) | 1.155 |
| Outros | | (888) | 1.055 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 136.433 | 126.985 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Aplicação financeira | | 7.498 | 184.206 |
| Aquisição de imobilizado | 7 | (6.231) | (4.946) |
| Aquisição de intangível | 8 | (416.424) | (283.791) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | (415.157) | (104.531) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Aumento de capital | | 30.000 | - |
| Captação de empréstimos | 9 10 | 330.977 | 94.689 |
| Juros pagos | | (107.301) | (80.009) |
| Pagamento de empréstimos | 9 10 | (70.897) | (66.263) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento | | 182.779 | (51.583) |
| REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | (95.945) | (29.129) |
| Saldo inicial caixa e equivalentes de caixa | | 117.949 | 147.078 |
| Saldo final caixa e equivalentes de caixa | | 22.004 | 117.949 |
| | | | |
| REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | (95.945) | (29.129) |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras | | | |

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

| | <u>Nota</u> | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|-------------|------------|------------|
| Receitas | | | |
| Receita operacional | 15 | 272.528 | 252.969 |
| Receita de construção | 15 | 409.440 | 282.080 |
| Outras | | (22) | 49 |
| | | 681.946 | 535.098 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | | |
| Custos de construção | 16 | (405.386) | (279.285) |
| Materiais, serviço de terceiros e outros | | (88.781) | (87.969) |
| | | (494.167) | (367.254) |
| Valor adicionado bruto | | 187.779 | 167.844 |
| Retenções | | | |
| Depreciação e amortização | 7 e 8 | (82.599) | (67.246) |
| Valor adicionado líquido produzido pela companhia | | 105.180 | 100.598 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | |
| Receitas financeiras | 17 | 21.335 | 25.986 |
| Valor adicionado total a distribuir | | 126.515 | 126.584 |
| | | | |
| Distribuição do valor adicionado | | 126.515 | 126.584 |
| | | | |
| Pessoal e encargos | | 33.426 | 30.077 |
| Remuneração direta | | 23.845 | 21.808 |
| Beneficios | | 7.827 | 6.727 |
| FGTS | | 1.750 | 1.539 |
| Outros | | 4 | 3 |
| | | | |
| Impostos, taxas e contribuições | | (11.131) | 1.085 |
| Federais | | (24.551) | (11.276) |
| Estaduais | | 64 | 4 |
| Municipais | | 13.356 | 12.357 |
| | | | |
| Remuneração capital de terceiros | | 184.426 | 146.000 |
| Juros | | 183.493 | 144.812 |
| Aluguéis | | 834 | 1.154 |
| Outras | | 99 | 34 |
| | | | |
| Remuneração de capital próprio | | (80.206) | (50.578) |
| Prejuízo do exercício | | (80.206) | (50.578) |
| | | | |
| | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O Edital de nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km381, no entroncamento com a SP-327, Km32, Ourinhos; final do trecho no Km654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km0+000, no entroncamento com a SP-225, Km317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km32+443, no entroncamento com a SP-270, km381+703, e entroncamento com a BR-153, Km338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Em 31 de dezembro de 2014 a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$ 81.629, causado principalmente, pelas aplicações financeiras, classificadas no não circulante, realizadas com o objetivo de manter conta reserva para honrar os compromissos relativos aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Administração considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro do seu acionista para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento do equilíbrio do seu capital circulante líquido.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas em 26 de março de 2015 pela Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BRGAAP, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

2.3. Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

c) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

2.8. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.9. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado a medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.11. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.12. Provisão para recuperação de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| | | Alíquo | ta |
|--|--------|---------------------|-----------------|
| Nome do tributo | Sigla | Receitas de pedágio | Demais receitas |
| Contribuição para o Programa de Integração Social | PIS | 0,65% | 1,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social | COFINS | 3,00% | 7,60% |
| Imposto sobre serviço de qualquer natureza | ISS | 2,00% a 5,00% | 2,00% a 5,00% |

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

<u>Julgamentos</u>

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado ("PLR")

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.19. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são os empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

2.20. Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.21. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo período.

2.22. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014 IFRS 9 Instrumentos Financeiros - A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros do grupo, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. O grupo quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32 - Essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2014. O grupo não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 Tributos - O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. O grupo não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

2.23. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos pronunciamentos contábeis

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014:
 - IAS 32/CPC 39 Instrumentos Financeiros: Divulgações Compensações de Ativos e Passivos Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.
 - IFRIC 21 Taxações Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxação são claros.
 - IAS 36 Impairment de ativos (CPC 01) adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.
 - IAS 39 Instrumentos financeiros reconhecimento e mensuração (CPC 38) adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar "hedge accounting" se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos.
- b) Normas, interpretações e alterações emitidas e ainda não vigente:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014:

 Alteração no IAS 19/CPC 33 - Benefícios a Empregados - alteração para esclarecer os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo de serviço. • Melhorias anuais dos ciclos 2010 a 2012 e 2011 a 2013 - pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* - aplicável apenas para as entidades que estão emitindo sua primeira demonstração anual em IFRS e permite, com algumas limitações, que a entidade mantenha a prática contábil do GAAP anterior com relação às contas regulatórias, na adoção inicial e demonstrações financeiras de anos subsequentes.

- Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 38, para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos.
- Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 41 para incluir o conceito de "bearer plants" no escopo do IAS 16, permitindo que tais ativos sejam contabilizados como imobilizado e mensurados depois do reconhecimento inicial pelo custo ou reavaliação de acordo com o que dita o IAS 16.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras, no entanto não são esperados impactos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|---------------|----------------|
| Caixa geral | 9 | 10 |
| Numerário em trânsito | 1.306 | 1.052 |
| Bancos conta movimento | 359 | 1.214 |
| Fundo de troco | 120 | 120 |
| Operações compromissadas | 4.070 | 75.203 |
| Certificados de depósitos bancários - CDB | <u>16.140</u> | 40.350 |
| Saldo de caixa e equivalentes de caixa | <u>22.004</u> | <u>117.949</u> |

As aplicações equivalentes de caixa referem-se a operações de renda fixa, lastreadas por operações compromissadas em Debêntures e Certificados de Depósito Bancário - CDB, indexados a taxa de 85,0% a 101,3% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, não possuindo carência.

4. APLICAÇÃO FINANCEIRA

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|------------------|------------------|
| Operações compromissadas (conta reserva BNDES / Debenturistas) Total das aplicações financeiras | 69.168 69.168 | 55.850 55.850 |
| Circulante | - | 55.850 |
| Não circulante | 69.168 | - |

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa, lastreadas por operações compromissadas em debêntures indexadas a taxa de 102,0% a 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras no montante de R\$64.226 em 31 de dezembro de 2014 foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir de uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015."

As aplicações financeiras no montante de R\$4.942 em 31 de dezembro de 2014 foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir de uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

5. CRÉDITOS A RECEBER

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| AVI (*) | 15.015 | 13.690 |
| CIELO - Vale pedágio | 596 | 520 |
| DBTRANS - Vale pedágio | 207 | 256 |
| Outros | 937 | _ |
| Provisão para créditos duvidosos (**) | (626) | <u>-</u> _ |
| Total | <u>16.129</u> | <u>14.466</u> |

- (*) Contas a receber referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. Em 31 de dezembro de 2014 não havia valores vencidos nas contas a receber da Companhia. O prazo médio de recebimento é de 18 dias.
- (**) A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração os valores das receitas de evasões de pedágio e transações rejeitadas (parcela sem perspectiva de recebimento). É reconhecido como perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos sete meses do reconhecimento do crédito.

| | <u>Total</u> | Provisão para créditos de liquidação duvidosa | Saldo a vencer e sem perda por redução ao valor recuperável | Vencido entre 30 - 150 dias |
|--|--------------|--|---|--------------------------------|
| 31 de dezembro de 2014 | 16.755 | (626) | 16.129 | 626 |
| Movimentação na provisão para | a créditos d | e liquidação duvidosos | | 31/12/2014 |
| Saldo no início do exercício Adições Saldo no fim do exercício | | | | (626) (<u>626</u>) |

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

| | Balanço patrimonial | |
|---|---------------------------------|---------------------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Prejuízo fiscal e base negativa Ajuste RTT Provisões não dedutíveis | (617.018) 199.451 (2.495) | (460.278) 162.161 (3.598) |
| Provisão de participações nos lucros | (2.842) | (3.468) |
| Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa | (626) | - |
| Provisão para riscos | (333) | (352) |
| Base de cálculo | (423.863) | (305.535) |
| Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 144.113 | <u>103.882</u> |

| | Resultado | | |
|---|---------------|---------------|--|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | (120.436) | (76.362) | |
| Alíquota do imposto de renda e contribuição social | 34% | 34% | |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal | 40.948 | 25.964 | |
| Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período: | | | |
| Adições permanentes | (687) | (180) | |
| Outros | (31) | - | |
| Total do imposto de renda e da contribuição social diferido | | | |
| do período | <u>40.230</u> | <u>25.784</u> | |

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

| | | <u>2014</u> |
|--------------------------------------|--------------|-------------------|
| 2017 | | 1.575 |
| 2018 | | 6.758 |
| 2019 | | 13.972 |
| 2020 | | 25.209 |
| 2021 | | 30.260 |
| 2022 2023 em diante | | 39.848 |
| Total dos ativos fiscais diferidos | | 94.304 211.926 |
| Total dos ativos liscais difelidos | | <u> 211.920</u> |
| Total dos passivos fiscais diferidos | | <u>(67.813</u>) |
| Total dos impostos diferidos | | <u>144.113</u> |
| b) Impostos a recuperar | | |
| | 21/12/2014 | 21/12/2012 |
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 3.573 | 5.163 |
| Outros | | 344 |
| Total | 3.573 | 5.507 |
| | | |
| c) Impostos a recolher | | |
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| PIS e COFINS | 984 | 892 |
| ISS | 1.618 | 1.512 |
| IRRF e CSRF | 671 | 432 |
| INSS sobre terceiros | 213 | 422 |
| Outros | | 243 |
| Total | <u>3.486</u> | <u>3.501</u> |

7. IMOBILIZADO

| | Vida útil em anos | Saldo em 31/12/2013 | <u>Adições</u> | <u>Baixas</u> | Saldo em 31/12/2014 |
|-----------------------------|----------------------|---------------------|----------------|---------------|---------------------|
| <u>Custo</u> | | | | | |
| Instalações | 25 | 153 | 12 | - | 165 |
| Máquinas e equipamentos | 5 | 4.492 | 296 | (22) | 4.766 |
| Móveis e utensílios | 5 | 4.107 | 131 | (111) | 4.127 |
| Veículos | 5 | 1.460 | 2.838 | (694) | 3.604 |
| Equipamentos de informática | 5 | 32.464 | 2.947 | (292) | 35.119 |
| Ferramentas e aparelhos | 5 | 313 | 7 | <u>-</u> | 320 |
| | | 42.989 | 6.231 | (1.119) | 48.101 |

| | | Vida útil em anos | Saldo em 31/12/2013 | <u>Adiçõ</u> | es <u>Baixas</u> | Saldo em 31/12/2014 |
|--|----------------------|----------------------|--|--|--|--|
| Depreciação Instalações Máquinas e equipamento Móveis e utensílios Veículos Equipamentos de inform Ferramentas e aparelhos Imobilizado liquido | ática | | (12) (2.130) (2.099) (740) (21.819) (189) (26.989) 16.000 | (88 (72 (63 (5.50 (7.80 (1.57 | 1) 88 1) 534 5) 265 <u>5</u>) - 7) <u>906</u> | (18) (3.000) (2.732) (837) (27.059) (244) (33.890) 14.211 |
| | Vida útil em anos | Saldo em 31/12/2012 | <u>Adições</u> | <u>Baixas</u> | <u>Transferências</u> | Saldo em 31/12/2013 |
| Custo | | | | | | 1.50 |
| Instalações | 25 | 153 | - | - (2) | (201) | 153 |
| Máquinas e equipamentos | 5 | 4.503 | 272 | (2) | (281) | 4.492 |
| Móveis e utensílios | 5 | 3.218 | 892 | (4) | - | 4.106 |
| Veículos | 5 | 1.714 | 122 | (376) | - | 1.460 |
| Equipamentos de | - | 20.051 | 2 (27 | (10) | (1) | 22.465 |
| informática | 5 | 28.851 | 3.627 | (12) | (1) | 32.465 |
| Ferramentas e aparelhos | 5 | 281 | 32 | (204) | (202) | 313 |
| D | | 38.720 | 4.945 | (394) | (282) | 42.989 |
| <u>Depreciação</u> | | (6) | (6) | | | (10) |
| Instalações | | (6) | (6) | - | - | (12) |
| Máquinas e equipamentos | | (1.271) | (869) | 2 | 8 | (2.130) |
| Móveis e utensílios | | (1.399) | (702) | 2 | - | (2.099) |
| Veículos | | (547) | (316) | 123 | - | (740) |
| Equipamentos de | | (15 777) | (6.045) | 2 | | (21.910) |
| informática | | (15.777) | (6.045) | 3 | - | (21.819) |
| Ferramentas e aparelhos | | (142) | $\frac{(47)}{(7.085)}$ | 120 | | <u>(189)</u> |
| Depreciação acumulada | | (<u>19.142</u>) | (7.985) | 130 (264) | $\frac{8}{(274)(*)}$ | (<u>26.989</u>) |
| Imobilizado liquido | | <u>19.578</u> | (<u>3.040</u>) | (<u>264</u>) | <u>(274)(*)</u> | <u>16.000</u> |

^(*) Em 2013, a Companhia transferiu R\$274 do imobilizado para o intangível por se tratar de bens vinculados à Concessão.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos judiciais de qualquer natureza.

Não foram identificados ativos qualificáveis a capitalização de custos de empréstimos em 31 de dezembro de 2014.

8. INTANGÍVEL

| | Vida útil em anos | Saldo em 31/12/2013 | Adições | Baixas | Saldo em 31/12/2014 |
|-------------------------|----------------------|---------------------|----------|---------------------|---------------------|
| Custo | | | | | |
| Direito de uso software | 5 | 7.654 | 946 | (87) | 8.513 |
| Marcas e patentes | 10 | 20 | 22 | - | 42 |
| Direito de concessão | (*) | 1.233.653 | 419.999 | (273) | 1.653.379 |
| Outorga fixa | 30 | 634.000 | <u>-</u> | | 634.000 |
| - | | 1.875.327 | 420.966 | (360) | 2.295.933 |
| Amortização | | | | | |
| Direito de uso software | | (3.979) | (1.450) | 73 | (5.356) |
| Marcas e patentes | | (6) | (2) | - | (8) |
| Direito de concessão | | (102.041) | (52.207) | 60 | (154.188) |
| Outorga fixa | | <u>(100.700</u>) | (21.133) | | (121.833) |
| Amortização acumulada | | (206.726) | (74.792) | <u>133</u> | (281.385) |
| Intangível, líquido | | 1.668.601 | 346.174 | $(\underline{227})$ | 2.014.548 |

(*) Prazo remanescente da concessão

O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão

De acordo com o CPC 01(R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2014 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Devido a característica de curto prazo dos investimentos realizados no intangível, não foram efetuadas capitalizações de juros ao intangível no período findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

| | Vida útil | Saldo em | | | | Saldo em |
|-------------------------|-----------|-------------------|-----------------|---------------|-----------------------|------------|
| | em anos | <u>31/12/2012</u> | <u>Adiçõe</u> s | <u>Baixas</u> | <u>Transferências</u> | 31/12/2013 |
| Custo | | | | | | |
| Direito de uso software | 5 | 6.562 | 1.092 | - | - | 7.654 |
| Marcas e patentes | 10 | 20 | - | - | - | 20 |
| Direito de concessão | 30 | 947.963 | 285.495 | (87) | 282 | 1.233.653 |
| Outorga fixa | 30 | 634.000 | | <u> </u> | <u> </u> | 634.000 |
| - | | 1.588.545 | 286.587 | (87) | 282 | 1.875.327 |
| Amortização | | | | | | |
| Direito de uso software | | (2.586) | (1.393) | - | - | (3.979) |
| Marcas e patentes | | (4) | (2) | - | - | (6) |
| Direito de concessão | | (65.382) | (36.732) | 81 | (8) | (102.041) |
| Outorga fixa | | (79.566) | (21.134) | | | (100.700) |
| Amortização acumulada | | (147.538) | (59.261) | <u>81</u> | _(8) | (206.726) |
| Intangível, líquido | | 1.441.007 | 227.326 | <u>(6</u>) | <u>274</u> | 1.668.601 |

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| <u>Descrição</u> | 31/12/2013 | <u>Captações</u> | Amortização do principal | Juros <u>Pagos</u> | Juros <u>incorridos</u> | Transferências | 31/12/2014 |
|---|--|-------------------------------|--|---|--|--|--|
| Passivo circulante Sênior - BNDES - TJLP Sênior - BNDES - IPCA Total | 56.180 25.736 81.916 | <u>.</u> | (60.632) (10.265) (70.897) | (39.404) (<u>17.827</u>) (<u>57.231</u>) | 39.991 23.143 63.134 | 71.093 11.656 82.749 | 67.228 32.443 99.671 |
| Passivo não circulante Sênior - BNDES - TJLP Sênior - BNDES - IPCA Total | 371.003 185.584 556.587 | 217.353 113.624 330.977 | <u>-</u> | - | 14.936 14.936 | (71.093) (11.656) (82.749) | 517.263 302.488 819.751 |
| (*) Taxa de referência d | lo BNDES inde | xada ao IPCA | | | | | |
| | | | Amortização | Juros | Juros | | |
| <u>Descrição</u> | 31/12/2012 | <u>Captações</u> | do principal | <u>Pagos</u> | incorridos | <u>Transferências</u> | 31/12/2013 |
| Passivo circulante Sênior - BNDES - TJLP Sênior - BNDES - IPCA Total | 45.859 5.041 50.900 | | (44.458) - (<u>44.458</u>) | (33.015) (33.015) | 32.890 10.596 43.486 | 54.904 10.099 65.003 | 56.180 25.736 81.916 |
| Passivo não circulante Sênior - BNDES - TJLP Sênior - BNDES - IPCA Total | 425.908 <u>95.252</u> <u>521.160</u> | 94.689 94.689 | - | - | 5.741 5.741 | (54.904) (<u>10.099</u>) (<u>65.003</u>) | 371.004 185.583 556.587 |
| <u>Objeto</u> | | | Index | <u>ador</u> | <u>Juros</u> | Vencimento | 31/12/2014 |
| BNDES | | | TJI TJI TJI TJI TJI TR TJI TR TJI TR TJI TR | LP 2, | 45% a.a. 45% a.a. | 15/03/2021 15/03/2021 15/03/2021 15/03/2021 15/03/2023 15/03/2023 15/03/2023 15/03/2023 15/03/2023 15/03/2023 15/03/2023 15/03/2023 15/03/2023 15/03/2023 15/03/2023 15/03/2023 15/03/2023 15/03/2023 15/03/2023 15/03/2023 | 117.512 68.727 62.961 5.906 44.364 578 17.670 11.198 14.092 1.233 17.578 9.155 20.052 8.828 28.672 10.720 13.338 12.126 |
| BNDES | | | TR TR TR TR TJI TJI TJI TJI | B* 2, B* 2, B* 2, B* 2, LP 2, LP 2, LP 2, LP 2, | 45% a.a. 45% a.a. 45% a.a. 45% a.a. 45% a.a. 45% a.a. 45% a.a. 45% a.a. | 15/03/2023 17/03/2025 17/03/2025 17/03/2025 17/03/2023 17/03/2025 17/03/2025 17/03/2025 17/03/2025 | 11.196 40.116 44.743 25.712 51.717 12.666 21.774 81.758 64.558 |

| <u>Objeto</u> | <u>Indexador</u> | <u>Juros</u> | <u>Vencimento</u> | 31/12/2014 |
|----------------------------|------------------|--------------|-------------------|----------------|
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 17/03/2025 | 22.248 |
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 17/03/2025 | 15.036 |
| BNDES | TRB* | 2,45% a.a. | 17/03/2025 | 27.342 |
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 17/03/2025 | 839 |
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 17/03/2025 | 6.265 |
| BNDES | TRB* | 2,45% a.a. | 17/03/2025 | 28.742 |
| Total | | | | <u>919.422</u> |
| Parcelas do circulante | | | | 99.671 |
| Parcelas do não circulante | | | | <u>819.751</u> |

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

| <u>Objeto</u> | <u>Indexador</u> | <u>Juros</u> | Vencimento | Saldo em 31/12/2013 |
|-------------------------|------------------|--------------|------------|---------------------|
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 15/03/2021 | 136.287 |
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 15/03/2021 | 79.707 |
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 15/03/2021 | 73.020 |
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 15/03/2021 | 6.850 |
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 15/03/2023 | 49.731 |
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 15/03/2021 | 670 |
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 15/03/2023 | 19.808 |
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 15/03/2023 | 12.553 |
| BNDES | TRB* | 2,45% a.a. | 15/03/2023 | 16.661 |
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 15/03/2021 | 1.430 |
| BNDES | TRB* | 2,45% a.a. | 15/03/2023 | 20.301 |
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 15/03/2023 | 10.263 |
| BNDES | TRB* | 2,45% a.a. | 15/03/2023 | 22.627 |
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 15/03/2023 | 9.896 |
| BNDES | TRB* | 2,45% a.a. | 15/03/2023 | 31.434 |
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 15/03/2023 | 12.017 |
| BNDES | TJLP | 2,45% a.a. | 15/03/2023 | 14.952 |
| BNDES | TRB* | 2,45% a.a. | 15/03/2023 | 13.008 |
| BNDES | TRB* | 2,45% a.a. | 15/03/2023 | 12.010 |
| BNDES | TRB* | 2,45% a.a. | 17/03/2025 | 34.568 |
| BNDES | TRB* | 2,45% a.a. | 17/03/2025 | 38.555 |
| BNDES | TRB* | 2,45% a.a. | 17/03/2025 | 22.155 |
| Total | | | | <u>638.503</u> |
| Parcelas de curto prazo | | | | <u>81.916</u> |
| Parcelas de longo prazo | | | | <u>556.587</u> |

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento.

| Exercícios | <u>Saldo</u> |
|----------------|--------------|
| 2016 | 110.492 |
| 2017 | 110.492 |
| 2018 | 110.492 |
| 2019 | 110.492 |
| 2020 | 110.492 |
| 2021 em diante | 267.291 |
| | 819.751 |

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o BNDES convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao "Subcrédito A", no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2014 (R\$765.789 até 31 de dezembro de 2013), restando um saldo a liberar de R\$12.755.

A liberação total aprovada representa R\$1.052.242 e está segregada em subcréditos conforme descrito abaixo:

| Sul | ocrédito | Valor (R\$) | Prazo | Taxa juros | | |
|-------|----------|-------------|---|---|--|--|
| A | TJLP | 377.575 | 114 parcelas mensais a partir de 15/10/2011 | Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP | | |
| B - 1 | TJLP | 1.787 | | 1021 | | |
| B - 2 | TJLP | 9.817 | | | | |
| C | TJLP | 174.285 | 114 parcelas mensais a partir de 15/10/2013 | | | |
| | | | | | | |
| D | TJLP | 15.310 | 10 prestações anuais a partir de 15/03/2014 | Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES | | |
| D - 1 | TRB* | 11.077 | | | | |
| D - 2 | TRB* | 12.124 | | | | |
| D - 3 | TRB* | 15.363 | | | | |
| D - 4 | TRB* | 10.227 | | | | |
| D - 5 | TRB* | 6.388 | | | | |
| D - 6 | TRB* | 25.784 | | | | |
| D - 7 | TRB* | 44.048 | | | | |
| D - 8 | TRB* | 17.753 | | | | |
| Е | TJLP | 138.839 | 114 parcelas mensais a partir de 15/10/2015 | Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP | | |
| F | TJLP | 33.988 | 10 prestações anuais a partir de 15/03/2016 | Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES | | |
| F - 1 | TRB* | 19.575 | | | | |
| F - 2 | TRB* | 28.159 | | | | |
| F - 3 | TRB* | 34.354 | | | | |
| F - 4 | TRB* | 38.316 | | | | |
| F - 5 | TRB* | 15.454 | | | | |
| F - 6 | TRB* | 22.019 | | | | |
| | | 1.052.242 | | | | |

^(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

Condições restritivas

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos, assumirem novas dívidas acima do montante correspondente a 15% do faturamento bruto apurado nos últimos 12 meses. A administração da Companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esse contrato de financiamento possui cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = EBITDA ajustado/(amortizações + juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazos): Manter índice ≥ 1,2.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2014, atendeu as referidas condições restritivas

10. DEBÊNTURES

| | | | Juros | | | |
|--|--------------------------------|--|-----------------------|----------------------------|--|--|
| <u>Descrição</u> | 31/12/2013 | <u>Juros</u> | incorridos | Transferências | <u>Amortização</u> | 31/12/2014 |
| Passivo circulante Debêntures Custos a amortizar Total | 1.821 - 1.821 | (<u>50.071</u>) (<u>50.071</u>) | 50.385 50.385 | 8.48 (3.428 5.06 | <u> </u> | 10.624 (3.428) 7.196 |
| Passivo não circulante Debêntures Custos a amortizar Total | 796.554 (55.668) 740.886 | <u>-</u> | 52.335 - 52.335 | (8.489 3.42 (5.061 | <u>1.931</u> | 840.400 (50.309) 790.091 |
| <u>Objeto</u> | | <u>Inde</u> | exador . | furos (a.a.) | Vencimento | 31/12/2014 |
| Debenturistas - Série 1 Debenturistas - Série 2 Subtotal (-) Custos de transação Total | - Debêntures | | PCA PCA | 6,05 a.a. | 01/12/2024 01/12/2024 01/12/2024 | 431.120 419.904 851.024 (53.737) 797.287 |
| Parcelas do circulante Parcelas do não circular | nte | | | | | 7.196 790.091 |
| <u>Descrição</u> | <u>3</u> | <u>1/12/2012</u> | <u>Juros</u> | Juros <u>incorridos</u> | <u>Amortização</u> | 31/12/2013 |
| Passivo circulante Debêntures Total | | 1.54 1.54 | | | <u>-</u> | 1.821 1.821 |
| Passivo não circulante Debêntures Custos a amortizar Total | | 752.62 (58.960 693.66 | <u>)</u>) | 43.930 - 43.930 | 3.291 3.291 | 796.554 (55.668) 740.886 |

| <u>Objeto</u> | <u>Indexador</u> | Juros (a.a.) | <u>Vencimento</u> | 31/12/2013 |
|---|------------------|------------------------|--|--|
| Debenturistas - Série 1 Debenturistas - Série 2 Subtotal (-) Custos de transação - Debêntures Total | IPCA IPCA | 5,80 a.a. 6,05 a.a. | 01/12/2024 01/12/2024 01/12/2024 | 404.491 <u>393.884</u> 798.375 (55.668) <u>742.707</u> |
| Parcelas do circulante Parcelas do não circulante | | | | 1.821 740.886 |

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento em 31 de dezembro de 2014.

| <u>Exercícios</u> | R\$ Mil |
|-------------------|----------------|
| 2016 | 5.445 |
| 2017 | 13.689 |
| 2018 | 13.570 |
| 2019 | 13.448 |
| 2020 | 38.215 |
| 2021 em diante | <u>705.724</u> |
| | 790.091 |

Debêntures - 2^a emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1,00, totalizando R\$ 750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série forma emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2014 é de R\$53.737 (R\$55.668 em 31 de dezembro de 2013).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

| Exercícios | R\$ Mil |
|----------------|-----------------|
| 2015 | (3.428) |
| 2016 | (3.044) |
| 2017 | (3.289) |
| 2018 | (3.408) |
| 2019 | (3.530) |
| 2010 em diante | (37.038) |
| | <u>(53.737)</u> |

Condições restritivas

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos, assumirem novas dívidas acima do montante correspondente a 15% do faturamento bruto apurado nos últimos 12 meses. A administração da Companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esse contrato de financiamento possui cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = EBITDA ajustado/(amortizações + juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazos): Manter índice ≥ 1,2.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2014, atendeu as referidas condições restritivas.

11. PROVISÃO PARA RISCOS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

a) Composição do risco

| | | 31/12/2014 | | | | |
|-----------------|-----------------|------------------------|------------|---------------|-----------------|--|
| | | Probabilidade de perda | | | | |
| <u>Natureza</u> | <u>Provável</u> | <u>Possível</u> | Remota | <u>Total</u> | <u>Provisão</u> | |
| Trabalhistas | 610 | 6.158 | 53 | 6.821 | 610 | |
| Cíveis | <u>234</u> | 8.082 | 4 | 8.320 | <u>234</u> | |
| | <u>844</u> | <u>14.240</u> | <u> 57</u> | <u>15.141</u> | <u>844</u> | |

| | | 31/12/2013 | | | | |
|-----------------|------------|------------------------|------------|--------------|-----------------|--|
| |] | Probabilidade de perda | | | | |
| <u>Natureza</u> | Provável | <u>Possível</u> | Remota | <u>Total</u> | <u>Provisão</u> | |
| Trabalhistas | 428 | 3.461 | 173 | 4.062 | 428 | |
| Cíveis | <u>434</u> | 5.228 | <u>195</u> | <u>5.857</u> | <u>434</u> | |
| | <u>862</u> | 8.689 | <u>368</u> | <u>9.919</u> | <u>862</u> | |

b) Movimentação dos riscos prováveis

| | Saldo inicial <u>31/12/2013</u> | <u>Adições</u> | <u>Reversões</u> | Saldo final <u>31/12/2014</u> |
|--------------------|---------------------------------|----------------|------------------|-------------------------------|
| Trabalhistas | 428 | 182 | - | 610 |
| Cíveis | <u>434</u> | _ | (<u>200</u>) | <u>234</u> |
| Valor Provisionado | <u>862</u> | <u>182</u> | (<u>200</u>) | <u>844</u> |

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$610 em 31 de dezembro de 2014 (R\$428 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia também possui ações de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado em 31 de dezembro de 2014 R\$6.158 (R\$3.461 em 31 de dezembro de 2013).

Contingências cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$234 em 31 de dezembro de 2014 (R\$434 em 31 de dezembro de 2013) e adicionalmente, a Companhia é ré em diversos processos cíveis, como possíveis as probabilidades de perda com valor estimado em 30 de dezembro de 2014 em R\$8.082 (R\$5.228 em 31 de dezembro de 2013).

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da lei das sociedades por ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas

contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

| | | | 2014 | | | |
|---|------------------|----------------------------------|------------------|--------------------|---------------------------|----------------------|
| | <u>Transação</u> | Relação da parte com a Companhia | Ativo circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Resultado (custo) |
| OAS S.A. Concessão Metroviária do Rio de | Serviços | Controladora indireta | - | - | - | (348.817) |
| Janeiro S.A MetrôRio | Nota de débito | Ligada | - | _ | 100 | - |
| Linha Amarela S.A LAMSA | Nota de débito | Ligada | - | - | . 118 | - |
| Concessão Litoral Norte - CLN | Nota de débito | Ligada | - | - | . 2 | - |
| GRU Airport | Nota de débito | Ligada | 520 | - | . <u>-</u> | - |
| Investimentos e Participações em | Nota de débito | Controladora direta | | | | |
| Infraestrutura S.A Invepar (a) | | | 48 | 1.065 | <u>-</u> | (9.683) |
| • ` ` ` ` | | | 568 | 1.065 | <u>220</u> | (358.500) |

| | | 2013 | | | |
|--|------------------|-------------------------------------|------------------|-----------------------|--------------------|
| | <u>Transação</u> | Relação da parte com a Companhia | Ativo circulante | Passivo circulante | Resultado (custo) |
| OAS S.A. | | Controladora indireta | - | _ | (240.488) |
| Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A MetrôRio | Nota de débito | Ligada | - | 100 | <u>-</u> |
| Linha Amarela S.A LAMSA | Nota de débito | Ligada | - | 41 | - |
| Concessão Litoral Norte - CLN | Nota de débito | Ligada | - | 2 | - |
| GRU Airport | Nota de débito | Ligada | 605 | - | - |
| Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A | Nota de débito | _ | | | |
| Invepar (a) | | Controladora direta | - _ | 1.452 | |
| * | | | <u>605</u> | 1.595 | (<u>240.488</u>) |

⁽a) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Serviços - ativo

Em 5 de março de 2009, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada OAS S.A., o contrato de execução das obras civis, compreendendo projetos funcionais e executivos dos serviços de recuperação, ampliação e melhorias no sistema rodoviário Raposo Tavares. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de cinco anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$1.112.748, devendo os pagamentos, serem realizados nas seguintes condições:

- i) Adiantamento no montante de R\$57.276, realizado em 19 de março de 2009, que foi amortizado durante os doze primeiros meses de execução dos serviços, através de descontos mensais nas medições destes serviços, quitado em 30 de abril de 2010.
- ii) Parcelas mensais conforme a execução dos serviços com base no cronograma físico-financeiro do respectivo contrato.

O preço global será reajustado a cada período de doze meses conforme fórmula paramétrica que apura o índice de reajuste levando em consideração a variação dos custos quando comparados com a data-base da proposta constante no contrato. Excepcionalmente, independente do reajuste que será auferido com a aplicação desta fórmula, os preços contratuais

serão reajustados sempre que esta variação indicar o percentual igual ou superior à meta inflacionária divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Em 30 de maio de 2014 as partes celebraram um aditivo prorrogando o prazo do contrato de execução de obras por 12 meses. O aditivo gerou um incremento de R\$44.057, cujo saldo liquido após a aplicação do REIDI (Lei 11.488 de 15 de junho de 2007)é de R\$ 42.452.

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo contratual é de R\$14.727 (R\$321.092 em 31 de dezembro de 2013), o valor pago para OAS até 31 de dezembro de 2014 foi de R\$348.817(R\$240.488 em 31 de dezembro de 2013).

Remuneração dos Administradores

Em 28 de abril de 2014 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 1.861.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica, no montante de R\$1.566 em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.465 em 30 de dezembro de 2013).

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|--------------|------------|
| Pró-labore | 880 | 969 |
| Encargos | 176 | 113 |
| Benefícios de curto prazo a administradores | <u>510</u> | <u>383</u> |
| | <u>1.566</u> | 1.465 |

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e não efetua contrato de longo prazo com Administradores.

13. RECEITA DIFERIDA

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou contrato de longo prazo, com vencimento em 16 de março de 2039, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica. No curso do processo de negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$53.067, sendo R\$11.662 recebidos em 2011 e R\$41.405 em 2012, equivalente ao montante total dos serviços contratados. O saldo de receita a apropriar em 31 de dezembro de 2014 é de R\$47.743, montante este que se encontra segregado entre passivo não circulante, R\$45.772, e passivo circulante, R\$1.971.

Em 3 de julho de 2012, a Companhia celebrou contrato referente à locação de infraestrutura de fibra óptica com uma operadora de telefonia celular. No exercício de 2014 ocorreu à renovação automática do contrato, a Companhia registrou no contas a receber R\$ 487, equivalente ao montante total dos serviços prestados. O saldo do serviço a prestar e não recebidos até 31 de dezembro de 2014 é de R\$1.486.

Em 23 de dezembro 2010, a Companhia celebrou contrato referente à locação de infraestrutura de fibra óptica o qual teve seu 1º aditivo assinado em 30 de junho de 2011 e 2º aditivo em 31 de

maio de 2012. Em 1° de agosto de 2014 a Companhia recebeu antecipadamente R\$4.506, equivalente ao montante total dos serviços relativos ao primeiro ano do contrato. O saldo de receita a apropriar em 31 de dezembro de 2014 é de R\$2.617, montante este registrado no passivo circulante.

Em 11 de abril de 2013 e 3 de junho de 2013, a Companhia celebrou com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL, 17 contratos referentes à ocupação da faixa de domínio a título precário e oneroso.

Em maio de 2014 a Companhia recebeu antecipadamente R\$173 referente à segunda anuidade dos 6 primeiros contratos. Em julho de 2014 a Companhia recebeu antecipadamente R\$317 referente à segunda anuidade de 8 contratos. Em agosto de 2014 a Companhia recebeu antecipadamente R\$23 referente à segunda anuidade de 3 contratos. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo de receita a apropriar referente ao segundo ano dos contratos é de R\$237, montante este registrado no passivo circulante.

Em 13 de novembro de 2014, a Companhia celebrou contrato de longo prazo, com vencimento em 12 de novembro de 2034, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica. No curso do processo de negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 4.649, equivalente ao montante total dos serviços contratados. O saldo de receita a apropriar em 31 de dezembro de 2014 é de R\$4.618, montante este que se encontra segregado entre passivo não circulante, R\$4.386, e passivo circulante, R\$ 232.

O saldo de receita a apropriar em 31 de dezembro de 2014 de outros contratos é de R\$ 3, montante este que se encontra no passivo circulante.

Os valores estão sendo apropriados ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados e pelo prazo de locação contratado.

| Receita diferida | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|---------------|---------------|
| TIM Celular S.A. | 52.361 | 49.713 |
| OI Móvel S.A. | - | 1.392 |
| Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A EMBRATEL | 2.854 | 2.686 |
| Outros | 3 | |
| | <u>55.218</u> | <u>53.791</u> |
| Circulante | 5.060 | 6.049 |
| Não circulante | <u>50.158</u> | <u>47.742</u> |

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2014, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 30.000, mediante emissão de 34.248.885 ações ordinárias e 34.248.885 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2014 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$745.000 (R\$ 715.000 em 31 de dezembro de 2013), representado por 1.095.467.726 ações, sendo 547.733.863 ações preferenciais, integralmente subscritas pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR.

As ações preferenciais não terão direito a voto e possuirão os mesmos direitos de participação nos resultados da sociedade conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da sociedade, e terão, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|----------------|----------------|
| Receita bruta de pedágio | 263.483 | 241.529 |
| Receitas acessórias | 9.045 | 11.440 |
| Receita de construção | 409.440 | 282.080 |
| Deduções da receita | | |
| PIS Cumulativo - Receita de pedágio | (1.713) | (1.570) |
| COFINS cumulativo - Receita de pedágio | (7.905) | (7.246) |
| ISS - Receita de pedágio | (13.356) | (12.357) |
| Abatimento - Receita de pedágio | (17) | (15) |
| PIS - Receita acessória | (149) | (189) |
| COFINS - Receita acessória | (688) | (872) |
| | <u>658.140</u> | <u>512.800</u> |

16. CUSTO E DESPESAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

| | <u>31/12/2014</u> | 31/12/2013 |
|--|------------------------|--------------------|
| | | |
| Pessoal e encargos | (37.931) | (34.883) |
| Conservação e manutenção | (20.145) | (21.777) |
| Seguros e garantias | (1.906) | (1.598) |
| Serviços de terceiros | (14.655) | (15.919) |
| Veículos | (4.592) | (4.116) |
| Consultoria e assessoria | (5.338) | (2.990) |
| Aluguéis e impostos | (1.079) | (1.411) |
| Energia elétrica | (1.885) | (1.640) |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (625) | - |
| Partes relacionadas | (9.683) | (8.698) |
| Provisão de manutenção | (16.294) | (12.911) |
| Outorga variável | (4.088) | (5.939) |
| Depreciação e amortização | (82.599) | (67.246) |
| Custo de construção | (405.386) | (279.285) |
| Outros | <u>(10.715</u>) | <u>(11.932</u>) |
| | (616.921) | (470.345) |
| | | |
| Custo de serviços prestados | (172.245) | (152.467) |
| Despesas gerais e administrativas | (39.290) | (38.593) |
| Custo de construção | (<u>405.386</u>) | (<u>279.285</u>) |
| | $(\overline{616.921})$ | (470.345) |
| | | |

17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---------------------------------|--------------------|--------------------|
| Receitas financeiras | | |
| Receita de aplicação financeira | 21.335 | <u>25.986</u> |
| | 21.335 | 25.986 |
| Despesas financeiras | | |
| Comissões e despesas bancárias | (736) | (1.100) |
| Juros sobre empréstimos | (78.070) | (43.490) |
| Juros sobre debêntures | (50.385) | (47.263) |
| Custo das debêntures | (1.931) | (3.291) |
| Variação monetária passiva | (52.335) | (49.652) |
| Outras | (35) | (22) |
| | (<u>183.492</u>) | (<u>144.818</u>) |
| | (162.157) | (118.832) |

18. RESULTADO POR AÇÃO.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

| | 31/12/2014 | | |
|--|-------------------|----------------------|-----------------------|
| | Ordinárias | <u>Preferenciais</u> | Total |
| Numerador básico | | | |
| Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais | (40.103) | (40.103) | (80.206) |
| Denominador básico e diluído | | | |
| Média ponderada das ações (em milhares) | 547.734 | 547.734 | 1.095.468 |
| | | | |
| Prejuízo básico e diluído por ação (R\$) | (0,0732) | (0.0732) | (0,0732) |
| • | , | , | |
| | | 31/12/2013 | |
| | 0 1: / : | ъс | 1 |
| | <u>Ordinarias</u> | Preferenciais | <u>Total</u> |
| Numerador básico | Ordinarias | Preferenciais | Total |
| Numerador básico Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais | (25.289) | (25.289) | <u>Total</u> (50.578) |
| Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e | | | |
| Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais | | | |

A Companhia não possui instrumentos diluidores no período findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

19. COMPROMISSOS COM A CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) <u>Investimentos</u>

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível.
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários.
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes.
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

I. Outorga fixa

Valor fixo de R\$634.000 a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

II. Outorga variável

Percentual de 3% aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente.

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013, por prazo indeterminado.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$386 (R\$349 em 31 de dezembro de 2013).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$4.051 (R\$6.241 em 2013) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

- 1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$76.577. Vigência mínima de 12 meses.
- 2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$121.729. Vigência de 12 meses.

d) Recursos financeiros

A Companhia iniciou suas operações em 17 de março de 2009. Os recursos financeiros necessários para o cumprimento dos investimentos e do pagamento da outorga serão obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

| Modalidade | Limite máximo de indenização | Vigência | Seguradora | Objeto |
|------------------------|------------------------------|-------------------------|--------------------|--------|
| Garantia ampliações | R\$76.577 | 16/03/2014 a 16/03/2015 | Austral Seguradora | (a) |
| Garantia funções oper. | R\$121.729 | 16/03/2014 a 16/03/2015 | Austral Seguradora | (b) |
| Responsabilidade civil | R\$75.000 | 01/08/2014 a 01/08/2015 | Allianz Seguros | (c) |
| Riscos operacionais | R\$250.000 | 01/08/2014 a 01/08/2015 | Tókio Marine | (d) |

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Publica Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16 integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontramse atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2014 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

d) Análise de sensibilidade

As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às variáveis que apresentam risco de oscilação são apresentadas abaixo:

Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade em três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia com 25% e 50% de deterioração de cada índice.

As taxas consideradas foram:

| | Cenário I | Cenário II | Cenário III |
|-----------|-----------|------------|-------------|
| | | Adverso | Adverso |
| Indicador | Provável | possível | extremo |
| CDI | 12,14% | 15,18% | 18,21% |
| TJLP | 6,00% | 7,50% | 9,00% |
| IPCA | 6,80% | 8,50% | 10,20% |

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

| <u>Empresa</u> | <u>Operação</u> | Risco | Base | Cenário <u>provável</u> | Cenário A | Cenário B |
|----------------|----------------------|---------------|---------|----------------------------|-----------|-----------|
| CART | Debêntures | IPCA + 5,80% | 431.120 | 53.793 | 61.817 | 69.845 |
| CART | Debêntures | IPCA + 6,05% | 419.904 | 54.661 | 61.878 | 69.089 |
| CART | BNDES | TJLP | 431.120 | 45.817 | 53.619 | 61.330 |
| CART | BNDES | IPCA | 419.904 | 9.829 | 9.882 | 9.934 |
| CART | Caixa equivalente | Baixa taxa DI | 22.004 | 2.118 | 1.581 | 1.051 |
| CART | Aplicação financeira | Baixa taxa DI | 69.168 | 4.564 | 3.431 | 2.298 |

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP e IPCA, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta valores a receber de R\$16.129 sendo que os valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A representam 93,1% deste, ou seja, R\$15.015, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

g) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2014, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações anual, devido à sua natureza de curto prazo.

Quanto aos empréstimos e financiamentos e debêntures, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis de mercado. A Companhia também possui empréstimos e financiamentos sujeitos a atualização de alíquotas fixas.

h) Exposição a risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

i) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-------------------------------------|------------|------------------|
| Empréstimos e financiamentos | 919.422 | 638.503 |
| Debêntures | 797.287 | 742.707 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (22.004) | (117.949) |
| Aplicações financeiras | (69.168) | (55.850) |
| Dívida líquida | 1.625.537 | 1.207.411 |
| Patrimônio líquido | 461.181 | 511.387 |
| Patrimônio líquido e dívida líquida | 2.086.718 | <u>1.718.798</u> |

22. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO.

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A partir de janeiro de 2014 a Companhia passou a constituir também provisões para recuperação das estradas vicinais. O marco para assunção do compromisso de recuperação e manutenção das estradas vicinais foi a celebração dos convênios com os municípios, que ocorreram ao longo de 2013.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são:

| | Saldo inicial <u>31/12/2013</u> | <u>Adições</u> | Saldo final <u>31/12/2014</u> |
|----------------|---------------------------------|----------------|-------------------------------|
| Não circulante | 33.444 | 16.295 | 49.739 |
| Total | 33.444 | 16.295 | 49.739 |

A taxa para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2014 é de 14.07% a.a.

23. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|------------|------------|
| Aquisição de imobilizado e intangível ainda não líquida da financeiramente (Fornecedores) | <u>488</u> | <u>124</u> |
| Total de transações não caixa | <u>488</u> | <u>124</u> |

24. OUTROS ASSUNTOS

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

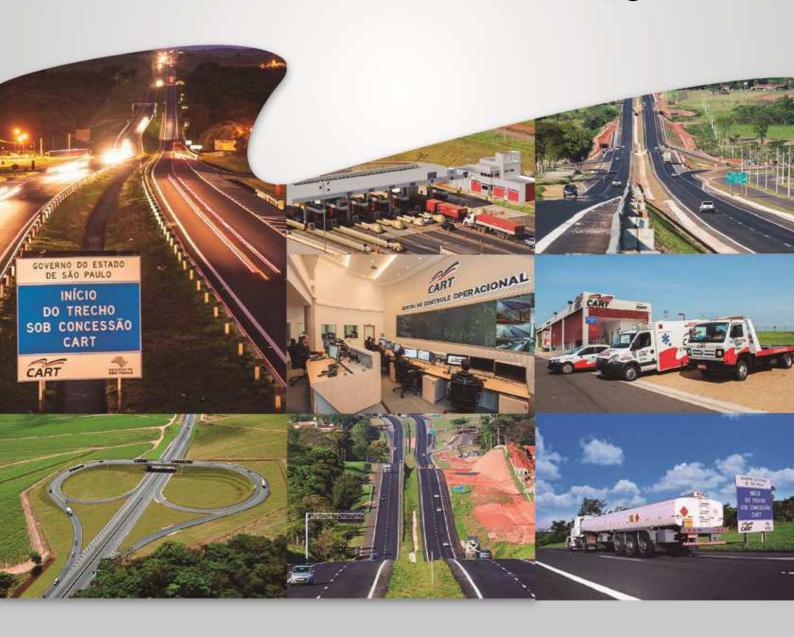
Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. Sancionada pelo Executivo Federal, a norma mantém os preceitos tributários existentes na MP 627, principalmente no que diz respeito à adoção antecipada da extinção do RTT ainda em 2014, que permanece como opcional, porém sem qualquer vinculação a eventos passados de distribuição de lucros, avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio, não existindo, desta forma, efeitos tributários para aqueles que não aderirem à opção apresentada. A Companhia avaliou os impactos desta lei e definiu que a adoção será manifestada, através da DCTF referente a dezembro de 2014 (IN 1.499/14), da seguinte forma: (i) não haverá adoção antecipada referente as regras dos art. 1º, 2º e 4º a 70 e as regras dos art. 76 a 92. A administração não espera impactos significativos no próximo exercício.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 25 de fevereiro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada CART no valor de R\$45.000, mediante a emissão de 57.293.797 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.



Relatório da Administração





1. SENHORES ACIONISTAS

A Administração da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do mercado e de seus acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

Todas as comparações contidas neste relatório são realizadas em relação ao exercício de 2014 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado.

2. APRESENTAÇÃO

A CART é uma companhia aberta de capital nacional, listada na BM&FBOVESPA com nível 2 de governança corporativa e registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob a categoria B, sem ações negociáveis no mercado e com debêntures emitidas em dezembro de 2012 (com vencimento em dezembro de 2024).

O início da operação deu-se em 2009, após a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("INVEPAR") ter sido vencedora da concorrência pública internacional que transferiu à CART a administração do denominado Corredor Raposo Tavares, constituído pelas rodovias SP-225, SP-327 e SP-270, pelo prazo de 30 anos.

O trecho sob administração da CART está compreendido entre os municípios de Bauru e Presidente Epitácio, que, em seu eixo principal, possui 444 quilômetros de extensão. Além disso, a CART também realiza a manutenção de estradas vicinais, que corresponde a 389 quilômetros, totalizando 834 quilômetros de rodovias, passando por 34 municípios.

O Corredor Raposo Tavares é uma das principais vias de trânsito de produtos, serviços e mercadorias no Estado de São Paulo, formado por municípios com forte potencial econômico, especialmente o escoamento de cargas, por ser uma valiosa ligação entre o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o Estado do Paraná, onde está localizado o porto de Paranaguá.

A CART é controlada em sua totalidade pela INVEPAR, grupo brasileiro fundado em 2000, que atua no setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e no exterior, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos. A Invepar é atualmente um dos maiores grupos de infraestrutura de transportes do Brasil, e seu portfolio atual é composto de 12 concessões distribuídas nos seus 3 segmentos de atuação. Em 2014, a Invepar, por meio de suas concessões, administrou 1.975 quilômetros de rodovias. Suas concessões rodoviárias são: Linha Amarela S.A. ("LAMSA");



Concessionária Litoral Norte S.A ("CLN"); Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART"); Concessionária Bahia Norte S.A ("CBN"); Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("CRT"); Concessionária Rota do Atlântico ("CRA"); Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio"); Concessionária Via 040 S.A. ("Via 040"); e Línea Amarilla S.A.C. ("LAMSAC"), em Lima, no Peru, esta sendo a primeira concessão internacional do grupo. No segmento aeroportos, a Invepar opera, em consórcio formado com a Airports Company South Africa ("ACSA") e Infraero, a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU Airport"), o maior do país, que movimenta cerca de 40 milhões de passageiros. No segmento de mobilidade urbana, a Invepar está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetrôRio"), e a Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca"), ambos na cidade do Rio de Janeiro. Com 8.014 funcionários próprios e comprometida com o desenvolvimento sustentável, a Invepar é signatária do Pacto Global da ONU desde 2010.

Além das doze concessões mencionadas, a Invepar detém outras três empresas:

- PEX S.A. ("PEX" ou "Passe Expresso"), empresa que presta serviços de cobrança automática de pedágios, em cinco concessões do grupo Invepar - LAMSA, CBN, CLN, CRA e CRT - e também na Rota dos Coqueiros (PE), Via Lagos, Ponte Rio-Niterói e Shopping Via Parque.
- MetrôBarra S.A. ("MetrôBarra"), empresa responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que serão utilizados na Linha 4 do metrô no Estado do Rio de Janeiro, com entrada em operação prevista para o primeiro semestre de 2016. A construção é de responsabilidade da Concessionária Rio Barra, que detém os direitos de exploração da Linha 4. A Invepar, por meio da MetrôBarra, assinou um contrato de opção de compra das ações da Concessionária Rio Barra, a ser exercido em 2016, após as condições precedentes serem cumpridas.
- PEX Peru S.A.C. ("PEX Peru"), empresa pré-operacional que prestará serviços de cobrança automática de pedágios na Concessionária LAMSAC.

A Invepar consolida integralmente as empresas sobre as quais exerce controle.

Empresas consolidadas integralmente: CART, CLN, GRUPar, GRU Airport, LAMSA, LAMSAC, LAMBRA, MetrôBarra, MetrôRio, PEX e Via 040. As demais empresas onde há controle em conjunto com um ou mais acionistas são consolidadas pelo o método da equivalência patrimonial (CRT, CBN, CRA, VLT Carioca e ViaRio).



3. DESTAQUES DO ANO

3.1 OBRAS NO TRECHO PRINCIPAL

No último exercício social, a CART entregou 20 novos dispositivos, reformou outros 7 e concluiu a duplicação de 88,6 quilômetros de rodovia.

Além disso, realizou a manutenção de: (i) 29 obras de artes especiais, entre elas a recuperação de pontes, viadutos, galerias e passagens de gado; (ii) implantou mais de 200 atenuadores de impacto; (iii) 60mil m² de sinalização horizontal; (iv) 3,56 quilômetros de drenagem; (v) 10,11 quilômetros de defensas metálicas; (vi) 751 placas de sinalização vertical; e (vii) 8.925 unidades de taxas refletivas.

E, ainda, recuperou: (i) 737,08 metros de barreiras de concreto; (ii) 10,56 quilômetros de drenagem; (iii) 3,12 quilômetros de defensas metálicas; (iv) 1.845 placas de sinalização vertical; (v) 26.399 unidades de taxas refletivas; e (vi) 152 pontos de erosão.

3.2 OBRAS NAS VICINAIS

Em 2014, a CART realizou a manutenção dos 389 quilômetros de estradas vicinais. Os principais serviços realizados nas vicinais foram: (i) conservação especial de pavimento; (ii) recuperação, melhoria e implantação de drenagem, sinalização horizontal e vertical, bem como de defensas metálicas.

3.3 ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Em 2014, houve um aumento de 3,7% nos atendimentos prestados pela CART. Os principais serviços prestados pela CART foram: remoção e reparo de veículos, transporte de usuários e atendimento médico e ambulatorial.

3.4 SEGURANÇA

Entrou em operação no ano o Centro de Controle de Segurança Empresarial (CCSE), que tem como objetivo monitorar todas as instalações da CART, provendo segurança não só ao patrimônio da Concessionária, mas principalmente aos colaboradores. Com tecnologia de ponta, e uma infraestrutura de câmeras em operação diuturna, o CCSE tem possibilitado o desenvolvimento de ações preventivas e de inteligência em segurança. Esta iniciativa já demonstra sucesso, pois desde sua instalação até o final de 2014 não houve nenhuma ocorrência envolvendo a segurança dos funcionários, bem como o patrimônio da CART.



Em 2014, ainda, prosseguiram-se os trabalhos do Núcleo de Investigação de Acidentes (NIA), comitê interno multidisciplinar que investiga e estuda as causas dos acidentes ocorridos nas rodovias sob administração da CART visando a implantação de ações que auxiliem na prevenção de acidentes e norteando a empresa na tomada de decisões que visam a segurança viária. Este trabalho contribuiu em grande parte para a redução em 36% do número de vítimas fatais nas rodovias que compõe o Corredor Raposo Tavares, passando de 42 em 2013, para 27 em 2014.

A Polícia Militar Rodoviária do Estado de São Paulo está fazendo uso da tecnologia do Centro de Controle Operacional (CCO) da CART, localizado no município de Bauru, para intensificar a fiscalização nas rodovias. Policiais Militares trabalham dentro do CCO, observando e fiscalizando o trânsito por meio das imagens captadas em tempo real, através das câmeras de videomonitoramento da Concessionária, instaladas ao longo do Corredor Raposo Tavares e reproduzidas no painel de alta definição. Com as imagens das câmeras, os policiais podem autuar os condutores que cometem infrações de trânsito, como ultrapassagens em faixa contínua e conversões em locais não permitidos, que colocam em risco não só a vida do condutor infrator, mas também a de terceiros.

3.5 COMUNICAÇÃO COM USUÁRIOS

No ano de 2014, a CART reforçou a comunicação com os usuários através da instalação de *outdoors* informativos ao longo das rodovias, abordando os serviços que são prestados pela Concessionária, como socorro médico e mecânico, monitoramento por câmeras, SAUs e call box. Também mantém *website* atualizado diariamente com notícias e status das obras e intervenções na rodovia, uma página do facebook, conta no tweeter e no youtube, onde veicula informações institucionais e condições da rodovia.

3.6 ATIVIDADES EDUCATIVAS

O projeto "Trânsito Legal" desenvolve diversas atividades práticas voltadas ao tema "educação para o trânsito". O projeto é realizado em parceria com os municípios do Corredor Raposo Tavares, e visa orientar os cidadãos acerca com dicas de segurança e preservação da vida. Em 2014, o projeto atendeu cerca de 8.600 pessoas entre crianças, jovens e adultos.

3.7 INOVAÇÕES

Como importante passo na busca pela eficiência operacional, a CART remodelou os serviços de atendimento aos seus usuários, unificando os serviços de inspeção viária e socorro mecânico, no projeto denominado "Inspeguinchos". Para isso, adquiriu 16 caminhões cabine dupla adaptados com guinchos leves. As viaturas são aparelhadas com kits que possibilitam a realização de reparos de



veículos, além de macaco hidráulico, extintor, água, iluminação de advertência e sinalização de emergência.

Os veículos realizam inspeção das rodovias durante 24 horas por dia e estão aptos a removerem veículos de passeio e utilitários, bem como a realizarem o transporte de motoristas e passageiros com segurança e conforto.

A operação dos Inspeguinchos teve início no mês de agosto. Desde então, possibilitou a identificação de uma quantidade maior de usuários com necessidade de auxílio na via, que resultou em um aumento de 18% no número de atendimentos realizados pela CART aos usuários (agosto a dezembro).

No ano de 2014, a CART realizou doações de fresa aos municípios do seu entorno. A fresa é o material proveniente dos serviços de recapeamento das rodovias do Corredor Raposo Tavares, sendo de grande relevância para os municípios, pois contribui para a melhoria das estradas não pavimentadas. Os municípios beneficiados fizeram assunção de responsabilidade sobre o uso da fresa. A CART monitora a correta utilização do material, de forma a mitigar possíveis impactos ambientais.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO EM 2014

DESEMPENHO OPERACIONAL

| Desempenho Operacional (Mil) | 2014 | 2013 | Δ% |
|------------------------------|--------|--------|-------|
| VEPs | 54.068 | 51.556 | 4,9% |
| Veículos Leves | 16.055 | 15.459 | 3,9% |
| Veículos Pesados | 38.013 | 36.097 | 5,3% |
| Tráfego | 25.211 | 24.605 | 2,5% |
| Veículos Leves | 16.255 | 15.661 | 3,8% |
| Veículos Pesados | 8.482 | 8.452 | 0,4% |
| Veículos Isentos | 474 | 492 | -3,7% |
| Tarifa Média (R\$) | 4,87 | 4,68 | 4,0% |

VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes

As praças de pedágio da CART registraram 54,1 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes em 2014, 4,9% acima do registrado no exercício de 2013. Este resultado deveu-se principalmente pelo desempenho dos veículos pesados. Parte do crescimento do período é resultado da entrega de trechos de duplicação, o que torna o Corredor Raposo Tavares mais atrativo do ponto de vista logístico.



Em 21/04/2014, a CART alcançou seu novo recorde de VEPs (Veículos Equivalentes Pagantes), com 215.241 unidades. O recorde anterior era de 204.591 VEPs, ocorrido em 22/12/2012.

RECEITA OPERACIONAL

| Receita Operacional (R\$ Mil) | 2014 | 2013 | Δ% |
|---------------------------------------|----------|----------|--------|
| Receita Bruta | 681.968 | 535.049 | 27,5% |
| Receitas com Pedágio | 263.483 | 241.529 | 9,1% |
| Receitas Acessórias | 9.045 | 11.440 | -20,9% |
| Receita de Construção (IFRS) | 409.440 | 282.080 | 45,2% |
| Receita Bruta Ajustada¹ | 272.528 | 252.969 | 7,7% |
| Deduções da Receita Bruta | (23.828) | (22.249) | 7,1% |
| Receita Líquida Ajustada ¹ | 248.700 | 230.720 | 7,8% |

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

No exercício de 2014, a CART obteve uma Receita Bruta de R\$ 682,0 milhões, um aumento de 27,5% em relação ao exercício de 2013. Parte da Receita Bruta é relacionada à Receita de Construção, advinda das normas de IFRS (R\$ 409,4 milhões). O impacto positivo da Receita de Construção está relacionado ao maior volume de investimento em obras executadas no período.

| Receita Líquida Ajustada (R\$ Mil) | 2014 | 2013 | Δ% |
|---------------------------------------|---------|---------|--------|
| Receita Líquida Ajustada ¹ | 248.700 | 230.720 | 7,8% |
| Receita com Pedágio | 240.491 | 220.341 | 9,1% |
| Receitas Acessórias | 8.209 | 10.379 | -20,9% |

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 248,7 milhões, um crescimento de R\$ 18,0 milhões, ou 7,8% em relação ao ano de 2013. Os principais impactos foram:

• Receita com Pedágio – Representou 96,7% da Receita Líquida Ajustada, com um crescimento de R\$ 20,2 milhões, ou 9,1%, representado principalmente pelo: (i) aumento de VEPs no período, que respondeu por R\$ 10,8 milhões; (ii) reclassificação tarifária da Praça de Pedágio de Ourinhos, ocorrida em 11 de agosto de 2013 em função da entrega de trecho de duplicação da SP-327; (iii) reajuste tarifário em 1º de julho de 2014 (ainda que abaixo do previsto em contrato de concessão – as condições para o reajuste de tarifa, modificadas pelo Poder Concedente em 2013, estão em discussão com a ARTESP, conforme detalhado mais adiante) e (iv) reclassificação tarifária das Praças de Pedágio de Piratininga, Assis, Rancharia, Regente Feijó e Pres. Bernardes, todas ocorridas em 24 de novembro de 2014, em função da entrega de trechos de duplicação da SP-225 e SP-270. Somados, os efeitos tarifários foram responsáveis por R\$ 9,4 milhões;



 Receitas Acessórias – Representou 3,3% da Receita Líquida Ajustada, com uma diminuição de R\$ 2,2 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deveu-se principalmente pelo término de contrato de locação de fibra óptica de curto prazo, em julho de 2013.

CUSTOS & DESPESAS

| Custos & Despesas (R\$ Mil) | 2014 | 2013 | Δ% |
|--|-----------|-----------|--------|
| Custos & Despesas Operacionais | (616.419) | (470.330) | 31,1% |
| Pessoal | (33.426) | (30.077) | 11,1% |
| Conservação & Manutenção | (20.145) | (21.777) | -7,5% |
| Operacionais | (34.109) | (35.528) | -4,0% |
| Outorga Variável | (4.088) | (5.939) | -31,2% |
| Despesas Administrativas | (20.372) | (17.567) | 16,0% |
| Custo de Construção (IFRS) | (405.386) | (279.285) | 45,2% |
| Provisão de Manutenção (IFRS) | (16.294) | (12.911) | 26,2% |
| Depreciação & Amortização | (82.599) | (67.246) | 22,8% |
| Custos & Despesas Operacionais Ajustado ¹ | (194.739) | (178.134) | 9,3% |

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

No ano de 2014, os Custos & Despesas Operacionais totalizaram R\$ 616,4 milhões. Incluído neste valor estão R\$ 405,4 milhões de Custo de Construção e R\$ 16,3 milhões de Provisão de Manutenção, ambos relacionados ao IFRS. Em comparação com ano de 2013, houve um aumento no valor do Custo de Construção, que a exemplo da Receita de Construção (já citada anteriormente), está impactado pelo volume de obras executadas no exercício. Já o aumento do valor da Provisão de Manutenção, reflete as expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos futuros com a restauração do pavimento do eixo principal e acessos das rodovias, e pelo inicio da constituição de provisão para restauração das estradas vicinais.

Os Custos & Despesas Operacionais Ajustado somaram R\$ 194,7 milhões no período, um aumento de 9,3% em relação ao mesmo período do ano anterior - a inflação pelo IPCA em 2014 foi de 6,4%. O resultado está impactado principalmente pelo aumento da Depreciação e Amortização relacionado ao maior volume de investimento em obras executadas no período.



EBITDA & MARGEM EBITDA

| EBITDA & Margem EBITDA (R\$ Mil) | 2014 | 2013 | Δ% |
|-----------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Receita Bruta | 681.968 | 535.049 | 27,5% |
| Receita Líquida | 658.140 | 512.800 | 28,3% |
| Custos Operacionais | (577.631) | (430.681) | 34,1% |
| Lucro Bruto | 80.509 | 82.119 | -2,0% |
| Despesas Gerais & Administrativas | (38.788) | (39.649) | -2,2% |
| EBIT | 41.721 | 42.470 | -1,8% |
| (+) Depreciação & Amortização | 82.599 | 67.246 | 22,8% |
| EBITDA ¹ | 124.320 | 109.716 | 13,3% |
| Margem EBITDA ¹ | 18,9% | 21,4% | -2,5 p.ps |
| Ajustes | 12.240 | 10.116 | 21,0% |
| (-) Receita de Construção (IFRS) | (409.440) | (282.080) | 45,2% |
| (+) Custo de Construção (IFRS) | 405.386 | 279.285 | 45,2% |
| (+) Provisão de Manutenção (IFRS) | 16.294 | 12.911 | 26,2% |
| EBITDA Ajustado ² | 136.560 | 119.832 | 14,0% |
| Margem EBITDA Ajustado² | 54,9% | 51,9% | 3,1 p.ps |

¹ Instrução CVM №527/12;

O EBITDA, considerando o impacto IFRS, totalizou R\$ 124,3 milhões no ano de 2014, um aumento de 13,3% em relação ao ano de 2013, com uma Margem EBITDA de 18,9%. O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 136,6 milhões, com uma Margem EBITDA Ajustado de 54,9%, uma variação positiva de 3,1 p.ps. no período em comparação. O resultado deveu-se principalmente pelo aumento da Receita Operacional.

RESULTADO FINANCEIRO

| Resultado Financeiro (R\$ Mil) | 2014 | 2013 | Δ% |
|------------------------------------|-----------|-----------|--------|
| Resultado Financeiro | (162.157) | (118.832) | 36,5% |
| Receitas Financeiras | 21.335 | 25.986 | -17,9% |
| Juros sobre Aplicações Financeiras | 21.014 | 25.932 | -19,0% |
| Outros | 321 | 54 | 494,4% |
| Despesas Financeiras | (183.492) | (144.818) | 75,0% |
| Juros sobre Despesas Financeiras | (115.450) | (94.045) | 22,8% |
| Variações Cambiais e Monetárias | (67.271) | (49.652) | 35,5% |
| Comissões e despesas bancárias | (736) | (1.100) | -33,1% |
| Outros | (35) | (21) | 66,7% |

No exercício de 2014 o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 162,2 milhões de despesas líquidas, o que representou um aumento de 36,5% em relação ao exercício de 2013. Esta variação ocorreu principalmente em razão dos maiores dispêndios de Despesas Financeiras decorrentes das novas captações junto ao BNDES, necessárias para financiamento do CAPEX no período.

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.



PREJUÍZO LÍQUIDO

| Resultado Líquido (R\$ Mil) | 2014 | 2013 | Δ% |
|-----------------------------|----------|----------|-------|
| Lucro / Prejuízo Líquido | (80.206) | (50.578) | 58,6% |

O somatório de fatores citados anteriormente resultou em Prejuízo Líquido de R\$ 80,2 milhões no exercício de 2014, um aumento de 58,6% em relação a 2013.

DISPONIBILIDADES & ENDIVIDAMENTO

| Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil) | 2014 | 2013 | Δ% |
|--|-------------|-------------|--------|
| Dívida Líquida | (1.625.537) | (1.207.411) | 34,6% |
| Disponibilidades | 91.172 | 173.799 | -47,5% |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 22.004 | 117.949 | -81,3% |
| Aplicações Financeiras | 69.168 | 55.850 | 23,8% |
| Dívida Bruta | 1.716.709 | 1.381.210 | 24,3% |
| Curto Prazo | 106.867 | 83.737 | 27,6% |
| Empréstimos e Financiamentos | 99.671 | 81.916 | 21,7% |
| Debêntures | 10.624 | 1.821 | 483,4% |
| (-) Encargos Financeiros | (3.428) | - | n/a |
| Longo Prazo | 1.609.842 | 1.297.473 | 24,1% |
| Empréstimos e Financiamentos | 819.751 | 556.587 | 47,3% |
| Debêntures | 840.400 | 796.554 | 5,5% |
| (-) Encargos Financeiros | (50.309) | (55.668) | -9,6% |
| Dívida Líquida Ajustada | (1.675.846) | (1.263.079) | 32,7% |

Dívida Líquida Ajustada = Não considera o efeito contábil da apropriação dos Encargos Financeiros.

A CART encerrou o exercício de 2014 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras no total de R\$ 91,2 milhões, 47,5% menor em relação ao montante disponível no exercício de 2013. Esta diminuição decorreu principalmente pelo aumento do volume de investimentos, e o maior dispêndio de Despesas Financeiras no último exercício.

A dívida bruta da Companhia atingiu R\$ 1,7 bilhão no período, representando um aumento de 24,3%. O crescimento da dívida ocorreu em razão das liberações de parcelas do contrato sênior com o BNDES. O perfil do endividamento se manteve, e o montante da dívida com vencimento no longo prazo representou 93,7%.



INVESTIMENTOS

| Investimentos (R\$ Mil) | 2014 | 2013 | Δ% |
|-------------------------------------|---------|---------|--------|
| Investimento Total | 421.177 | 288.613 | 45,9% |
| Imobilizado | 5.112 | 4.945 | 3,4% |
| Intangível | 420.607 | 286.587 | 46,8% |
| Software e Outros | 859 | 1.092 | -21,3% |
| Direito de Concessão (Investimento) | 419.748 | 285.495 | 47,0% |
| (-) Transação Não Caixa | (488) | (124) | 293,5% |
| (-) Margem de Construção | (4.054) | (2.795) | 45,0% |

No período em comparação, houve um aumento de 45,9% nos Investimentos da Companhia. No total, foram investidos R\$ 421,2 milhões, destinados principalmente à execução de obras de duplicação das rodovias e implantação/melhorias de dispositivos (pontes e viadutos).

5. GESTÃO E ESTRATÉGIA

5.1 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Desde 2009, a CART é signatária do Pacto Empresarial do Programa Na Mão Certa, assumindo publicamente o compromisso de combater a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias. Também é signatária do Pacto Global, iniciativa da ONU que mobiliza empresas para adoção de valores fundamentais, nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Desde 2012, mantém um Comitê Interno de Responsabilidade Socioambiental, e promove anualmente *Workshops* de Responsabilidade Socioambiental, que contam com a participação de *stakeholders*. Em conjunto com o Instituto INVEPAR, seleciona projetos socioambientais a serem implementados nas regiões atendidas pelo Corredor Raposo Tavares e elabora o Relatório Anual com base na metodologia do *Global Reporting Initiative (GRI)*. Também anualmente aplica o autodiagnostico dos Indicadores Ethos, onde avalia a aderência às questões relacionadas à sustentabilidade e responsabilidade social na gestão da Companhia.

Visando facilitar a mobilidade e comodidade na realização de projetos, a CART lançou em 2013 a "CART Móvel", uma carreta projetada e adaptada para este fim. Até o término do exercício social de 2014, a CART Móvel realizou mais de 6 mil atendimentos para usuários do Corredor Raposo Tavares.

Em 2014, a CART realizou investimento de R\$ 543.574,09 no desenvolvimento de diversos projetos socioambientais, entre eles estão: (i) Geração de Renda; (ii) Apoio Socioeconômico à Família Desapropriada; (iii) Campanha de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes



nas Rodovias; além de projetos de incentivo ao esporte, cultura e empreendedorismo; campanhas de educação para o trânsito, entre outros.

A CART tem realizado um forte trabalho de recuperação do meio ambiente em todo o trecho de concessão, com iniciativas como: (i) convênio com associações de recuperação e reabilitação de animais silvestres; recuperação de 152 pontos de erosão; (ii) utilização de tintas à base de água nas obras de engenharia; (iii) reutilização de material fresado; (iv) conscientização ambiental de colaboradores; (v) distribuição de cartões sementes e mudas de árvores nativas aos usuários; (vi) manutenção da certificação da NBR ISO 14001:2004; (vii) realização do controle da fumaça preta; (viii) gerenciamento de resíduos; e (ix) implantação do programa de substituição de materiais que geram menos impacto ao meio ambiente através da utilização de materiais reciclados e realização de análises de potabilidade da água.

Em 2014, a CART desenvolveu, ainda, o Programa de Restauração do Córrego do Cedro, área de manancial do município de Presidente Prudente, que contou com o plantio de 316 mil mudas como parte de compensações ambientais. Em relação à fauna, desenvolveu o programa "Proteção à Fauna do Corredor Raposo Tavares", através da implantação de 15 mil metros de telas de condução de fauna e resgatou 39 animais silvestres em situação de risco nas frentes de duplicação, realizando a soltura em locais apropriados, contribuindo assim com a redução de 60% no índice de atropelamento da fauna silvestre em todo trecho administrado pela Concessionária.

Com foco na sustentabilidade, a CART reduziu em 13% o consumo de água de sua sede e bases operacionais, quando comparado ao exercício anterior. A redução do consumo de energia elétrica no mesmo período foi de 11%.

5.2 RECURSOS HUMANOS

O desenvolvimento do capital humano é um dos pilares estratégicos da CART. Para isso, é priorizada a contratação de mão-de-obra da região, seja ela própria ou de empresas parceiras. Também há investimento em treinamentos para capacitação e desenvolvimento dos colaboradores próprios e terceirizados. A CART encerrou o exercício de 2014 com 662 empregos diretos e 3.180 indiretos.

Por entender que as ações de desenvolvimento, quando alinhadas às diretrizes do negócio contribuem efetivamente para o atingimento de resultados, em 2014 a CART investiu aproximadamente 21 mil horas/homem de treinamentos para colaboradores próprios, o que representou cerca de R\$ 445 mil em desenvolvimento.

A CART realiza a gestão do clima organizacional. Em 2014 teve início ao Programa "Viva Bem", que visa promover ações de qualidade de vida, desenvolvimento e retenção do capital humano, por



entender que essas práticas favorecem o ambiente de trabalho, o bem estar físico e mental dos nossos colaboradores e, consequentemente, a superação de desafios.

5.3 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

O Organismo Certificador Bureau Veritas recomendou o Sistema de Gestão CART para a recertificação nas normas internacionais ISO 9001:2008 (Gestão de Qualidade), ISO 14001:2004 (Gestão Ambiental) e OHSAS 18001:2007 (Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional). Alicerçado na gestão dos processos internos para eficiência operacional, respeito ao Meio Ambiente e na preocupação com a Saúde e Segurança do Trabalhador, o Modelo de Gestão demonstra aderência aos padrões normativos e a utilização das premissas desses padrões em benefícios aos usuários, poder concedente, colaboradores, acionistas e demais partes interessadas.

A recomendação à recertificação reflete o amadurecimento do Sistema de Gestão CART na busca pelo aperfeiçoamento contínuo de suas atividades, no atendimento das expectativas das partes relacionadas, na responsabilidade com o Meio Ambiente e com a Saúde e Segurança do Trabalhador. O modelo de Gestão CART é um sistema que alinha toda a estratégia corporativa da organização, permitindo agilidade nos processos, mitigação de riscos, *compliance* das operações e foco nos resultados operacionais.

A CART deu início a Gestão por Processos com base na metodologia BPM, que direciona com os esforços internos para o atendimento aos objetivos estratégicos da Companhia e expectativas dos seus *stakeholders*. A CART também investiu em Gestão de Riscos Corporativos, através do mapeamento e identificação dos potenciais riscos do negócio, implementando a estruturação dos planos para mitigação dos riscos e a revisão do mapa estratégico para alinhamento dos objetivos às mudanças do ambiente interno e externo. A CART também implementou metodologia de Orçamento Base Zero, com o objetivo de alocar recursos de maneira eficiente. Tais iniciativas solidificam o compromisso da CART no curto, médio e longo prazos, para garantir a perenidade do negócio e o retorno aos seus investidores.

Anualmente, a CART realiza Pesquisa de Satisfação do Usuário, que visa aferir o grau de satisfação dos seus usuários em relação a aspectos físicos, serviços, equipe, atendimento no pedágio, imagem e administração. No ano de 2014, a nota da CART foi de 82,2%, uma melhora de 1,3p.p, quando comparada com a nota de 2013 (80,9%).



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1. PODER CONCEDENTE

Em 24 de junho de 2013, o Governo do Estado de São Paulo autorizou os reajustes dos contratos de concessão das rodovias estaduais, a partir de 1º de julho de 2013. Porém, comunicou sua decisão de não repassar os valores dos reajustes aos usuários das rodovias. O Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, declarou à época que as condições dos contratos de concessão seriam mantidas, reafirmando a parceria do Estado com a iniciativa privada.

Como forma de compensar parte dos impactos desta decisão, o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Logística e Transportes e da Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), deliberou:

- Pela redução de 50% do percentual pago pelas concessionárias a titulo de ônus variável incidente sobre a receita total arrecadada (de 3% para 1,5%);
- Pelo estabelecimento de cobrança da tarifa de pedágio de todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pela Praça de Pedágio (chamados de "eixos suspensos").

O percentual de reajuste tarifário de 2013, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 6,5%. As medidas mencionadas não têm se mostrado suficientes para compensar o desequilíbrio econômico-financeiro causado pelo não reajuste da tarifa.

De acordo com a deliberação da ARTESP publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 28 de Junho de 2014, foi autorizado a partir de 1º de Julho de 2014 o reajuste de 5,98% às tarifas de pedágio para as rodovias administradas pela Companhia, sendo este 0,39 p.p. inferior ao percentual de reajuste tarifário de 2014, medido pelo IPCA.

A Companhia vem discutindo junto à ARTESP a respeito do reajuste concedido, onde a avaliação das taxas de crescimento por categoria vem sendo acompanhadas no sentido de garantir o equilíbrio financeiro da compensação através da cobrança de eixo suspenso e a aplicação do índice de correção previsto no contrato de concessão.

6.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram auditadas pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes S.A.*



A contratação dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras teve início em 2014, com término previsto para 2018. O valor pago referente a este contrato no exercício de 2014 foi de R\$ 88,7 mil.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria tendo como premissas: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

6.3. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da CART declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

6.4. AGRADECIMENTOS

A administração da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. agradece aos seus usuários, acionistas, fornecedores, sociedade, poder concedente, parceiros e instituições financeiras pela confiança depositada e, em especial, aos colaboradores pela dedicação e resultados alcançados.

Bauru/SP, 30 de março de 2015.

A Administração



A contratação dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras teve início em 2014, com término previsto para 2018. O valor pago referente a este contrato no exercício de 2014 foi de R\$ 88,7 mil.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria tendo como premissas: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

6.3. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da CART declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

6.4. AGRADECIMENTOS

A administração da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. agradece aos seus usuários, acionistas, fornecedores, sociedade, poder concedente, parceiros e instituições financeiras pela confiança depositada e, em especial, aos colaboradores pela dedicação e resultados alcançados.

Bauru/SP, 30 de março de 2015.

A Administração